

Relação de gênero, empoderamento e desenvolvimento comunitário: análise do grupo de mulheres em ação, Mossoró- rn – Brasil

Sistematización de procesos de investigación - acción y/o de intervención social

Género, desigualdades y ciudadanía

Thiago Ferreira Dias (UFERSA, Brasil)
Leilany Aline L. de Oliveira (UFERSA, Brasil)
Rayanna Nayhara Oliveira do Nascimento (UFERSA, Brasil)
Jéssyca Priscylla da Silva Costa (UFERSA, Brasil)

Resumo

Busca-se analisar a relação de gênero, empoderamento e desenvolvimento comunitário, a partir de um estudo de caso com o Grupo de Mulheres em Ação (GMA), localizado na cidade de Mossoró, município do Rio Grande do Norte, Brasil. Utilizou-se a pesquisa descritiva exploratória e estudo de caso, que visa ao exame detalhado de ambiente específico. O GMA surgiu em 1994 e foi instituído legalmente em 2002 através da execução de projetos de educação, desenvolvimento de liderança, administração de patrocínio, e de programas e projetos, com enfoque em gênero, agroecologia, arte, cultura, economia solidária e educação popular. Objetiva fortalecer a auto-organização das mulheres visando sua autonomia, autodeterminação e pleno desenvolvimento, e para isto têm sido desenvolvidas ações de forma incansável na defesa e proposição de políticas públicas que alterem a condição de desigualdade, pobreza e violência contra as mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade igualitária entre gêneros e apoio à grupos produtivos e espaços de comercialização, contribuindo e consolidando a perspectiva da agroecologia e economia solidária em contraponto com a lógica excludente de mercado e da vida. Ao longo dos últimos dez anos o GMA vem desenvolvendo um novo caminho, outra forma de pensar em “desenvolvimento comunitário” a partir do empoderamento feminino e da defesa ao acesso igualitário às oportunidades econômicas e sociais.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Comunitário; Gênero; Empoderamento.

1. Introdução

No Brasil contemporâneo é possível verificar iniciativas que buscam promover melhoria na qualidade de vida e bases pra construção de um desenvolvimento justo, solidário e sustentável, haja vista o presente contexto de desigualdades (sociais, econômicas, gênero entre outros) que perpassam desde a constituição da sociedade brasileira.

Estas disparidades, em especial as sociais e econômicas refletem em indicadores de expectativa de vida, mortalidade infantil, educação e desemprego (Moreira, 2010). A mencionadas pode-se acrescentar ainda a desigualdade de raça e gênero (que reflete em indicadores como a violência contra as mulheres).

Quanto à questão de gênero, ressalva-se que este tema vem sendo alvo de ações, do Terceiro Setor e do Estado, a partir de ações de promoção ao empoderamento feminino, difundidas em contexto nacional. Segundo Moreira (2010) as ações de promoção ao empoderamento na perspectiva de gênero, trata-se de um tema relevante no campo das políticas públicas e que trazendo resultados positivos na diminuição das desigualdades neste campo e indutor da construção de direitos.

É importante que muitas das ações que atuam no empoderamento na perspectiva de gênero têm efeitos no processo de mudança na organização do trabalho, o qual traz ações de inserção de forma equitativa das mulheres no mundo do trabalho, seja pela via do emprego ou da geração de renda, em especial na perspectiva coletiva através do desenvolvimento de empreendimentos que atuam sob os princípios da economia solidária.

Cattani (2009, p. 7) trata da economia solidária como “Outra Economia” e a apresenta como (...) “alternativa material e humana superior à economia capitalista”, assim, trata-se de uma nova forma de promover relações, para além do mero cálculo utilitário empregado na lógica de mercado que permeia o modelo capitalista. Costa (2011, p. 19) reforça este pensamento ao afirmar que: “As ações que vêm sendo desenvolvidas e (re) criadas no âmbito da economia solidária podem se constituir em alternativas para melhorar as condições de trabalho das mulheres”, assim traz uma ponte entre ações de empoderamento em gênero via promoção da economia solidária e inserido as mulheres nesta perspectiva de relações (economias, sociais e ambientais).

Diante desta conjuntura, neste trabalho serão discutidas e analisadas as relações de gênero, empoderamento e desenvolvimento comunitário, a partir de um estudo de caso com o Grupo de Mulheres em Ação (GMA), localizado na cidade de Mossoró, município do Rio Grande do Norte, Brasil.

O GMA surgiu em 1994 e foi instituído legalmente em 2002 quando, a partir de uma parceria com a World Vision, passou a coordenar o programa de desenvolvimento de área – PDA Margarida Alves, através da execução de projetos de educação, desenvolvimento de liderança, administração de patrocínio, e de programas e projetos, com enfoque em gênero, agroecologia, arte, cultura, economia solidária e educação popular.

Para atingir ao objetivo delineado primeiramente será esboçado o referencial teórico inicialmente abordando a temática economia solidária e desenvolvimento comunitário e, posteriormente, a abordagem em gênero. Em outro item, são apresentados os caminhos metodológico que ampara a construção da pesquisa e no item seguinte a análise e resultado da pesquisa. Por fim, serão traçadas as considerações sobre a temática e o caso em estudo.

2. Referencial teórico

2.1 GESTÃO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Antes de adentrar na temática pertinente a este trabalho, é necessário discernir os tipos de gestões presentes nas organizações. Todos os dias milhares de pessoas no mundo utilizam a palavra gestão para exemplificar tarefas executadas ao gerirem alguma organização. Mas, o que vem a ser gestão? Trata-se do processo de trabalhar com recursos humanos, financeiros e materiais a fim de alcançar os objetivos organizacionais preestabelecidos. Adoto o conceito de organização de Etzioni (1980) que define “*as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos*”. Assim, a organização torna-se um conceito híbrido que pode representar instituições nos campos da gestão pública (ex.: instituições estatais), gestão privada (ex.: empresas) e gestão social (ex.: organizações não-governamentais).

Os processos de gestão devem primar pela eficácia e eficiência. Eficácia é quando se atinge as metas desejadas pela organização ou grupo produtivo. Enquanto eficiência refere-se ao fato dessas metas serem obtidas com a perda mínima dos recursos, isto é, fazendo-se o melhor uso possível de dinheiro, tempo, materiais e pessoas. Na atualidade, outro conceito levado em conta, quanto aos resultados, em especial, na gestão social e pública, é o de efetividade que, segundo Tenório (2001), é a capacidade de atender às expectativas da sociedade.

No campo do desenvolvimento comunitário há a prática da gestão social como predominante nos espaços organizativos promotor do desenvolvimento social. A gestão social caracteriza-se como um processo gerencial participativo, dialógico, em que o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais, isto é, as decisões são oriundas do coletivo (Tenório, 1998) e há a busca pelo atendimento à gestão de demandas e necessidades sociais. A dimensão econômica consiste em um meio para a obtenção do fim social. Esta prática gerencial não ocorre com tranquilidade, especialmente em virtude da expansão da lógica mercantil e a hegemonia dos instrumentos de processo gerencial com conteúdo da gestão privada, entremeando as demais práticas de gestão.

O campo da gestão social transformou-se em um espaço de experimentação de práticas contra-hegemônicas, isto é, de modos diferentes de organização das comumente realizadas pela gestão privada.

Sen (2000) afirma a importância da gestão social para o desenvolvimento pleno de uma sociedade, pois não é baseada somente na produção de riqueza material (econômica) e outras variáveis relacionadas à renda, mas, sobretudo, na incorporação de oportunidades sociais adequadas e de liberdades individuais, políticas, sociais e econômicas.

No bojo da gestão social há também experiências de auto-organização para o desenvolvimento comunitário, alguns tendo como ponto de partida os empreendimentos solidários que se constituem não só como um espaço para auferir renda, mas, também, como um local para práticas de autogestão, solidariedade e de construção de laços sociais baseado na reciprocidade, corroborando assim para o desenvolvimento socioeconômico dos participantes dos empreendimentos e da região.

Ressalta-se que o aumento expressivo das organizações associativas pressupõe origens distintas, uma destas deriva da sociedade civil, que busca outras formas organizacionais coletivas

Paul Singer (2003) é o pioneiro no uso do termo Economia Solidária no Brasil e a vê como uma revolução no modo de produção e consumo com viés socialista à luz da experiência vivida pelos utópicos, onde a solidariedade é o elo entre os membros e viabiliza as práticas autogestionárias em forma de cooperativas. Presume a simetria de poder, pois, nesta organização os trabalhadores saem da condição de assalariados para assumirem o controle de suas ações produtivas por meio da gestão democrática do empreendimento associativo.

Nesta perspectiva a economia solidária contribui para subverter a lógica opressora de que o trabalho produtivo, realizado no âmbito exterior ao lar e remunerado, é ocupado massivamente pela população masculina, de forma que o trabalho reprodutivo, ou de cuidados, realizado dentro das casas, é delegado as mulheres primordialmente, sob a égide que estas atividades, segundo a ideologia predominante e de viés “machista”, seriam realizadas por uma “vocação” natural feminina.

Na economia solidária o trabalho é feito de maneira a contemplar igualmente todos os que o desenvolvem, mitigando as diferenças entre o feminino e o masculino, a partir da ação coletiva. Assim como Culti (2004), vemos os empreendimentos solidários como uma forma de empoderamento das mulheres, uma vez que a lógica da divisão sexual do trabalho é subvertida. As trabalhadoras têm, de fato, as mesmas condições de obterem os meios de produção, mediante a coletivização da propriedade.

Estas ações não só contribuem para o emponderamento, mas também desencadeia desenvolvimento local no seio da comunidade, promovendo mudanças de bem estar, a partir das ações de mobilização dos recursos locais – humanos, materiais e financeiros – visando a melhoria das suas condições de vida.

Neste processo os atores locais e organizações são responsáveis pela construção do desenvolvimento comunitário. Ferrinho (1980) apresenta a perspectiva do desenvolvimento comunitário integrado (DCI) como caminho para o apoio a capacidade da comunidade em promover o seu desenvolvimento social. Partir da concepção de que deve-se fomentar as ações associativas voluntárias no âmbito da comunidade como fio condutor das mudanças sociais. Para tanto Ferrinho (1980) ressalta a importância das instituições mobilizadoras e instituições de apoio com foco no desenvolvimento comunitário integrado.

As instituições mobilizadoras são associações voluntárias de atuação no âmbito local e que contribuem para a auto-organização comunitária. Estas organizações envolvem a população da comunidade a fim de atuar coletivamente no processo de mudança social e reforçando a identidade social da comunidade e o por consequência seu senso de pertencimento.

Ferrinho e Gonçalves (1997) afirmam que a organização da população, dentro da própria comunidade, é fundamental para o desenvolvimento comunitário integrado, já que contribui a animar e mobilizar às pessoas e evitar a alienação social dos indivíduos.

A instituições mobilizadoras tem o papel de reforçar a participação ativa da comunidade na solução dos seus próprios problemas, no emponderamento da população, via associativismo e envolvimento de líderes locais.

Já as instituições de apoio fornecem à comunidade os recursos que a população é incapaz de mobilizar em âmbito local. Assim, funcionam como agências externas que se inserem na comunidade contribuindo com recursos humanos, financeiros e materiais no sentido de contribuir na ainda adoção e implementação de ações inovadoras para construção do desenvolvimento comunitário integrado.

2.2 A MULHER E SUA ASCENSÃO: UM ESTUDO SOBRE O GÊNERO

Com o advento do capitalismo, e em consequência dele a fixação pela busca incessante por lucro a qualquer custo, muitas classes foram marginalizadas e ficaram a mercê dos detentores do poder. Junto aos excluídos se encontravam as mulheres que, em função de uma cultura machista e quase unânime, foi designada a desempenhar funções domésticas e impossibilitadas de possuir acesso igualitário às mesmas oportunidades que os homens.

A respeito disso, Lima (2010, p. 56) explana o fato de que “durante séculos (...) às mulheres foram destinadas as tarefas que culturalmente a sociedade identificava com o trabalho feminino ou “mais apropriados à sua natureza””. Corroborando com a autora, Pessoa, Ramos e Peixoto (2008, p. 1) afirmam que “ao longo da história, às mulheres têm sido as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, sendo os homens considerados os provedores econômicos da família”.

Ocorre, portanto, a divisão sexual do trabalho que de acordo com Silva (1995, p. 354) é a “separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos”. Mas, além da discriminação e desigualdade quanto a esse aspecto, tem-se também que considerar valores culturais e ideológicos que contaminam a sociedade como o patriarcalismo e a dominação masculina.

Quanto ao patriarcalismo, Carvalho (2009, p. 19) discorre que:

(...) o patriarcado, objeto da crítica das feministas radicais, é descrito na literatura sociológica como um sistema social sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero e modos de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres, a partir do lar, econômica, sexual e culturalmente.

Pode-se entender, portanto, que as pessoas nascem em uma sociedade com valores já enraizados, nos quais a mulher é tida como inferior ao homem, que a ele deve se subordinar e que isso é justo.

Como resposta a essa realidade inicia-se uma luta pela busca da superação das desigualdades sociais, denominada feminismo. Segundo Alves e Pitanguy (2007, p. 8) o feminismo ressurgiu como um movimento de libertação, denunciando a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico.

Para Brabo (2005, p. 14) “feminismo é tanto uma ideologia de libertação das mulheres quanto uma teoria crítica ao sexismo (discriminação de sexo baseado na ideologia da inferioridade da mulher), da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina”. Esse movimento favorece, portanto, na conscientização do papel e posicionamento da mulher na sociedade ao pô-la no mesmo patamar que o homem, visando desprender a ideia imposta pela sociedade de inferioridade, incapacidade e subalternidade da mulher.

Alves e Pitanguy (2007, p. 59) agrupam em categorias as frentes de lutas do movimento feminista: sexualidade e violência, saúde, ideologia, formação profissional e mercado de trabalho. Segundo as autoras esses “temas têm sido levantados de forma generalizada por constituírem reivindicações básicas das mulheres”.

Por meio desse movimento, que engloba desde pequenos grupos (envolvendo troca de experiências, etc.) a grandes grupos (abrangendo realização de campanhas, etc.), muito se conquistou ao longo do século XX, conforme cita Brabo (2005, p. 12) “(...) direitos civis, políticos e sociais (...) – à educação, ao voto, ao trabalho, à reprodução voluntária – e liberdade nos costumes, da vestimenta ao prazer sexual”. No entanto, apesar das lutas e vitórias, há ainda muito a se conquistar tais como a mitigação da violência doméstica contra mulher, desvalorização da mão-de-obra feminina, má remuneração, decisões unilaterais no seio familiar, que ainda são heranças recebidas pela sociedade patriarcal e capitalista.

2.2.1 Relação de Empoderamento e Gênero

A palavra empoderamento tem origem inglesa (*empowerment*) e no Brasil foi registrada pela primeira vez na edição de 1958 do dicionário Caldas Aulete, cuja palavra empoderar-se tem como sinônimo “apoderar-se, apossar-se de” (Martins, 2003, p. 169). O termo vem sendo utilizado em várias esferas, inclusive quando se trata da questão de gênero, sendo ele um elemento relevante quando discutido o processo de emancipação da mulher, de deixar de ser dominada e decidir sobre sua vida.

De acordo com Costa (2004, p. 7) “Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Seguindo esta mesma linha, Horochovski e Meirelles (2007, p.2) vão mais adiante ao afirmar que:

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras.

Para Costa (2004, p.4) “Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder”, por se tratar de uma analogia entre o feminino e o masculino iníqua, em que a mulher se submete ao homem e ao patriarcalismo (Costa, 2004, p.4).

Ansiando a mudança nessa relação ocorre o empoderamento das mulheres, por meio da luta feminista que busca afirmar o que a mulher realmente é, o seu verdadeiro papel na sociedade, e dirimir o que se presume que ela seja, o seu lugar.

Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008, p.2) ao tratarem sobre esse aspecto afirmam que “a noção de empoderamento feminino exprime a idéia de as mulheres poderem decidir sobre sua própria vida nos espaços públicos e privados (...)”. Ainda nessa mesma perspectiva Costa (2004, p. 7) afirma que “Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que

reduzem a posição de subordina das mulheres como gênero”. Ainda segundo a autora “As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”.

A promoção do empoderamento provoca grandes mudanças, na comunidade em que está inserida e especialmente no seio familiar, pois ele resulta na transformação da mulher de agente passivo para ativo, colidindo de frente na superioridade tradicional masculina, e que garante à mulher, segundo Costa (2004, p. 9) “a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas (...)”.

Por fim, ressalta-se que a emancipação da mulher provocada pelo empoderamento é capaz de modificar relações que vão além das paredes do lar, agindo na comunidade, na cultura da sociedade, resgatando à mulher o direito de modificar sua condição de vida, de ser protagonista na tomada de decisão no que diz respeito a sua vida.

3. Metodologia

As ferramentas metodológicas utilizadas para investigar as indagações motivadoras deste estudo, realizado no âmbito do Grupo Mulheres em Ação (GMA), localizada na cidade de Mossoró/RN, perpassam por uma pesquisa de cunho qualitativo pela sua possibilidade de adentrar na realidade social da unidade pesquisada, para tanto terá caráter descritivo-exploratório, executada por meio de estudo de caso.

O estudo de caso, para Goldenberg (2004), é um dos tipos de pesquisa qualitativa aplicada no âmbito das ciências sociais. Sendo o mesmo caracterizado pela análise sucinta de uma determinada experiência em particular, com o objetivo de conhecer os fenômenos que serão estudados, ocasionando aprofundamento da realidade social, que não seria obtido com a utilização de métodos estatísticos. Em decorrência do interesse em investigar a dinâmica do grupo, com a finalidade de relacionar as disparidades das mulheres e a sua atuação na economia solidária, e seu efeitos na promoção do desenvolvimento comunitário.

A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de observação participante nas reuniões mensais do grupo em estudo, análise documental e grupo focal junto as associadas.

Para análise dos dados obtidos, depois da análise documental e do grupo focal, foi empregada a análise de conteúdo numa perspectiva de compreensão, e, descrição e análise para atribuir um significado à complexidade do tema, sem apego a aspectos quantitativos, o que não traria colaborações significativas ao debate teórico pretendido nesta etapa da pesquisa (Dellagnelo e Silva, 2006).

4. Análise dos resultados

4.1 o caso do grupo de mulheres em ação: trajetórias de um desenvolvimento comunitário

O Grupo de Mulheres em Ação (GMA) é uma organização não-governamental de cunho feminista, criada desde 1994, cuja missão é “ser instrumento de luta, mobilização e organização das mulheres no bairro Nova Vida”, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil (GRUPO MULHERES EM AÇÃO, 2011).

A organização está localizada no bairro Nova Vida, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, o bairro tem área delimitada, segundo Sousa Júnior (2008), em cerca de 1,48 km² com população estimada de 1.300 habitantes. Trata-se de bairro residencial de população com baixa renda, com domicílios bifamiliares e estrutura familiar patriarcal bem estruturada (IBGE, 2006). O bairro é conhecido no município pela efervescência de movimentos sociais, com a presença de várias organizações não-governamentais – Fundação Potiguar, Grupo Mulheres em Ação, Associação Reciclando para a Vida (Acrevi) entre outras – que atuam na formação cidadã e no controle social.

Todavia, somente em 2002, o GMA foi instituído legalmente como associação sem fins lucrativos, a fim de executar o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA), promovido pela organização não-governamental Visão Mundial, que segundo Ferrinho (1980) categoriza-se como Instituição de Apoio fornecendo recursos para promoção do desenvolvimento comunitário.

Todavia, é válido apresentar que segundo as associadas do GMA, durante a trajetória de promoção do desenvolvimento comunitário estas contaram com a colaboração das Instituições de Apoio, conforme o quadro 1.

Este programa tem como estratégia de intervenção para o fomento do desenvolvimento local na perspectiva de gerar impacto transformador na localidade de atuação, via ações desenvolvidas de fortalecimento institucional, mobilização, participação, planejamento e avaliação comunitária.

Tabela 1:

Instituições que Apoiaram/Apoiam o GMA

INSTITUIÇÕES DE APOIO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
ONG Terra Viva	Assessoria jurídica e capacitações em associativismo e cooperativismo
ONG Centro Feminista 8 de Março	Captação de projeto
Visão Mundial	Apoio com recursos (materiais, financeiros e humanos) e através do Programa de Desenvolvimento de Área (PDA)

Fonte: elaboração do autor, 2011.

Assim, o GMA trata-se de uma Instituição Mobilizadora, segundo Ferrinho (1980), coordenando na comunidade o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA) Margarida Alves, através dos projetos de Educação, Desenvolvimento de Liderança, Administração de Patrocínio, e de Programas e Projetos. Ressalta-se que este papel de agente mobilizadora da própria comunidade já está denotado na missão do GMA que traz a vertente de ser instrumento de luta, mobilização e organização das mulheres no bairro Nova Vida, localizado no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil.

A iniciativa do grupo supracitado busca fortalecer a auto-organização das mulheres visando sua autonomia, autodeterminação e pleno desenvolvimento. Esta ação faz com que um novo olhar seja lançado sobre a importância da mulher pra além das fronteiras do lar, se antes elas eram tidas como figuras passivas dessa mudança, hoje são consideradas agentes ativos deste processo e isto se torna claro quando olhamos este caso onde o “pontapé” para esta transformação parte das próprias mulheres antes marginalizadas pela lógica machista, até então, predominante.

A trajetória destas mulheres pioneiras é marcada pela coragem e criatividade, onde de maneira incansável elas buscam de várias formas enfrentar a opressão e submissão do gênero na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte (Brasil).

Tais atos desafiaram a realidade imposta por uma sociedade patriarcal, implantou sementes nas mulheres, ora marginalizadas, para modificar sua condição de vida através da conscientização e multiplicação desse sentimento na comunidade, dessa forma, foi através da busca pela equidade entre gênero que ocorreu o empoderamento no GMA.

Com o intuito de promover ações que alcance ainda às crianças e os jovens da comunidade o GMA organiza reuniões, palestras, cursos, seminários e campanhas de prevenção e denuncia. Inicialmente a atuação se dava em apenas oito comunidades urbanas, mas a partir de 2005 foi ampliada para mais seis comunidades rurais de Mossoró-RN.

Até 2013, o GMA atua através do Programa de Desenvolvimento de Área – PDA Margarida Alves, atendendo cerca de 2.210 crianças, adolescentes e jovens e 1.115 famílias nas comunidades urbanas Nova Vida, Novo Teto, Techint, Parque das Rosas, Sonho Meu, Nova Esperança, Iraque, Conjunto das Flores, Baixa do Dom Jaime Câmara, Tranquilim, Bom Jesus, Costa e Silva, Geraldo Melo e Sumaré; e nas comunidades rurais – Projeto de Assentamento Quixaba, Paulo Freire, Cordão de Sombra I, Cordão de Sombra II, Mulunguzinho e Sítio do Meio, Espinherinhos, Maracanaú, Curral de Baixo, Hipólito I, e Hipólito II. Essas parcerias têm como objetivo fortalecer a organização comunitária e contribuir com a sustentabilidade e transformação social das famílias.

O GMA atua ainda nas linhas de mobilização e geração de renda. Durante as atividades do GMA de articulação e emponderamento das mulheres do bairro Nova Vida, foi detectada a necessidade de inserir as mulheres em atividades produtivas de geração de renda, pois, a maioria das mulheres possuíam baixa escolaridade e elevada faixa etária e, portanto, impedimentos de ingresso no mercado de trabalho.

Assim, teve início uma série de diálogos para a constituição de um empreendimento coletivo que reunisse essas mulheres e propiciasse tanto renda como a valorização do trabalho feminino e, por extensão, elevasse a autoestima.

Acreditamos que o mundo melhor só será possível com organização. Trabalhamos no sentido de organizar, formar, mobilizar e gerar renda. (associada do GMA)

Neste contexto, surgiram empreendimentos coletivos constituídos e operacionalizados sob a perspectiva da economia solidária, com a marca de serem formados com a predominância de mulheres, através da Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços – COOPERMUPS e dos grupos Artesãs Unidas pela Arte (focado no artesanato) e Raízes da Vida que trabalha a temática de saúde popular através da fitoterapia. Além disso, apóia a Associação Comunitária Reciclando para a Vida – ACREVI e promove Feira de Economia Solidária do Bairro Nova Vida que acontece mensalmente, contribuindo e consolidando a perspectiva da agroecologia e economia solidária em contraponto com a lógica excludente de mercado e da vida. Bem como, fortalecendo a perspectiva de autonomia das mulheres, uma vez que a dependência econômica é um dos fatores decisivos para sua subordinação frente ao homem.

Costa (2004, p. 4) cita três pontos onde a realidade vivenciada pelas mulheres, independente de aspectos culturais, sociais ou étnicos, convergem quando o assunto é submissão do gênero. São eles: “O controle masculino do trabalho das mulheres; O acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos; A violência masculina e o controle da sexualidade”. Entendendo que estes são pontos muito importantes dentro da lógica do empoderamento feminino o GMA trabalha as temáticas de gênero, saúde da mulher, violência sexista, arte educação, arte cultura, economia solidária, cooperativismo, associativismo e educação popular.

Ao longo dos últimos dez anos o GMA tem constituído também grupos de multiplicação através das oficinas de flauta, dança, capoeira, teatro, percussão, artesanato, recreação, atividades esportivas e arte circense. E conta como meio de interlocução com a população com o Grupo de Mulheres Jovens Sonhadoras de Lilás e a Rádio Comunitária Cidadã através do programa Espaço Lilás, isso porque em se tratando de uma comunidade periférica a comunicação se dá através de parcerias locais,

Quanto a estruturação da gestão o GMA é partir de uma estrutura de Conselho de Administração, assim, com uma instância de gestão representativa colegiada. É composta por uma Conselheira Administrativa, uma Conselheira Financeira, uma Secretária e uma Vogal, além de contar com Conselho Fiscal, ao qual compete à fiscalização das atividades e serviços, examinando livros, contas, documentos e registros da cooperativa.

Noto que se trata de estrutura organizacional diferenciada que propicia maior participação das associadas do GMA, e, assim, reduz a carga simbólica hierárquica, associada aos *status* social e de poder que perpassa por postos diretivos, como usual nas organizações. Além de reforçar a visão de Boullosa e Schommer (2009) da construção da gestão social a partir da práxis de grupos que refletem e discutem, permanentemente, suas ações e compartilham experiências e conhecimentos, a fim de propiciar aprendizagem individual e coletiva com vias ao desenvolvimento do grupo.

Ao Conselho de Administração cabe responder legalmente pela organização e indicar à assembleia geral a coordenação que opera as atividades rotineiras de gestão – coordenações executiva, administrativa e financeira.

As associadas afirmam que o cotidiano da gestão tem sido repassado para as demais participantes, a fim, de que se familiarizem com o funcionamento da gestão do GMA e possam, adiante, assumir cargos.

Assim, corrobora com Boullosa e Schommer (2009) na perspectiva de construção coletiva e compartilhamento de conhecimento, presente na gestão social, bem como reforça o exercício princípio da economia solidária da “valorização da aprendizagem e formação profissional permanente”.

Quanto às formas de participação na gestão das ações de desenvolvimento comunitário, é assegurada reuniões com os membros e assembleias gerais ordinárias (no caso dos empreendimentos formalizados) como espaços do processo decisório. Estas, ocorrem com regularidade mensal, e com encontros semanais para formação e organização das ações cotidianas.

Ainda ressalta-se que no grupo focal foi possível obter relatos que apontam tanto o aumento de consciência feminina quanto as relações sociais como elos para manutenção dos empreendimentos. Segundo o depoimento de uma das integrantes:

O grupo permanece unido para a maioria é devido à relação entre todas as cooperadas, a sensação de bem-estar, os laços de amizade criados por todas. Sem falar no que esse grupo ajudou a mudar o modo de ver a vida das mulheres envolvidas, pensando a ter uma nova visão uma mente mais aberta (associada GMA).

As palavras que representam a manutenção dos membros são: tempo disponível, amizade, troca de aprendizado, terapia e espaço além do lar, no qual a mulher pode “apoderar-se” entre outros (associada GMA).

Por intermédios das descrições e observações diretas realizadas ao longo de 12 meses nesta organização é possível comprovar aspectos da solidariedade mecânica de Durkheim (1999), que pressupõe baixo nível de diferenciação entre os indivíduos, com predomínio no compartilhamento de crenças, valores e sentimentos coletivos. Nestes empreendimentos, há a busca pelo empoderamento de mulheres do bairro Nova Vida, como opção de combate à dependência do marido e, a eventuais casos de violência doméstica.

As atividades dos empreendimentos exorbitam a condição de mero espaço para a geração de renda, e alcançam a formação política, o apoderamento, a emancipação, a valorização do trabalho feminino (em especial, o doméstico) e o estreitamento dos vínculos sociais de reciprocidade entre as participantes. Nas ações, no âmbito interno, a consciência coletiva rege as ações humanas, restando pouco ou nenhum espaço para a consciência individual.

Considerações finais

Em um contexto no qual as divergências sociais e econômicas entre homens e mulheres são caracterizadas inicialmente “apenas” como culturais se faz necessário um enfoque mais detalhado para se perceber as ramificações dos problemas gerados a partir de uma cultura machista.

Teodósio e Mundim (2012, p. 283) afirmam que “é preciso analisar as diferentes abordagens que se apresentam sobre o fenômeno da condição de gênero na sociabilidade contemporânea”. Assim, é possível visualizar neste trabalho o papel exercido pelo GMA na construção de novos caminhos para o desenvolvimento comunitário a partir das ações de apoio ao emponderamento na questão de gênero, tendo em vista que as ações e a instituição mobilizadora em estudo é formada por mulheres que buscam dinamizar de forma sustentável o desenvolvimento socioeconômico da comunidade Nova Vida, no município de Mossoró-RN.

Quanto a gestão social, na dimensão sociopolítica, ficou nítido que promoção da participação via mobilização contribui não só para o envolvimento da comunidade que contribuem no processo de mudança social indutor do desenvolvimento comunitário e de práticas organizacionais condizentes com o campo da gestão social. Fato que reforça os aspectos sociais em primazia aos econômicos nas práticas organizacionais da gestão social embebida, predominantemente, pela racionalidade substantiva.

Assim, o processo decisório que ocorre via reuniões, convergem com posição de Tenório (2005) sobre a necessidade da gestão social de práticas participativa e dialógica no processo decisório. Todavia, é necessário ressaltar que se trata de tarefa árdua tendo vista a constituição histórica socioeconômica da região e do país, na qual há fragilidades na vivência da participação.

Sob prisma da dimensão organizacional do GMA, a pesquisa permitiu examinar que há possibilidades de formações de estruturas menos hierarquizadas, a exemplo do Conselho de Administração, que possibilitam a ampliação do exercício da gestão participativa e dialógica, almejada pela gestão social, segundo Tenório (2005).

A pesquisa leva ao fato de que formações e práticas que fortalecem a dimensão do conhecimento, empoderamento e senso de pertencimento tornam-se o fio condutor para o robustecimento da gestão social e consequente promoção do desenvolvimento comunitário, conduzindo a ganhos sociopolíticos, econômicos e organizacionais.

Com este caso é possível constatar outra forma de pensar em “desenvolvimento comunitário” a partir do empoderamento feminino e da defesa ao acesso igualitário às oportunidades econômicas e sociais.

Referências

- Alves, B. M., Pitanguy, J. (2007). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Boullosa, R. F., Schommer, P. C. (2009). Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, Petrolina-PE e Juazeiro-BA: UNIVASF.
- Carvalho, M. E. P. (2009). Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no século XXI. In: Brabo, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero Educação e Política: múltiplos olhares*. São Paulo: Ícone. Cap. 2, p. 11-34.
- Costa, A. A. (2004). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. s/d. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- Costa, J. C. (2011). Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun.
- Cattani, A. D. (Org.) (2003). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Ltda.

- Dellagnelo, E. H. L., Silva, R. C. (2006). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV.
- Durkheim, E. (1999). *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Etzioni, A. (1980). *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira.
- Ferrinho, P., Gonçalves, A. (1997). Desenvolvimento comunitário e reabilitação na comunidade. *Análise Psicológica*, n. 3, v. XV, p. 443-448.
- Grupo Mulheres em Ação (2011). *Posse do conselho de economia solidária*. Disponível em: <http://grupomulheresemacao.blogspot.com/2011/01/posse-do-conselho-de-economia-solidaria.html>
Acesso em: janeiro de 2011.
- Horochovski, R. R., Meirelles, G. (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis*. p. 485-506.
- IBGE (2006). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Brasília: IBGE.
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa*. 8º ed.. Rio de Janeiro: Record.
- Lima, G. (2010). *Empreendimento recanto das oliveiras: relações de gênero e economia solidária*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.
- Mageste, G. S., Melo, M. C. O. L., Ckagnazaroff, I. B. (2008). Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD*, Belo Horizonte, p. 1 - 15.
- Martins, C. H. B. (2003). *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moreira, N. C. (2010). *Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa.
- Pessoa, C., Ramos, J. F. P., Peixoto, S. L. F. (2008). *Economia solidária e feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres*. Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, L. H. (1995). Admitimos mulheres para trabalhos leves. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.349-361.
- Sousa Júnior, F. S. (2008, jan/mar). Educação ambiental e gestão dos resíduos sólidos da Associação Reciclando para a Vida – ACREVI, Mossoró - RN. *Revista Verde (Mossoró - RN)*, v.3, n.2, p 64 - 71.
- Tenório, F. G. (1998, set/out). Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23.
- _____. (2005). (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 5, v. 3, p. 101-124.
- Tenório, F. G. (Org.) et al (2001). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 5ª. ed. São Paulo: FGV.